

O TÉRMINO DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA E AS RAÍZES DO 28 DE MAIO: O ESTADO NOVO À VISTA

CARMEM G. BURGERT SCHIAVON*

RESUMO

Este texto apresenta uma análise estrutural que traz à tona alguns aspectos históricos relacionados aos momentos anteriores à implantação do Estado Novo em Portugal; em outras palavras, o texto enfoca a grave crise econômica e política que aflige o país nos anos vinte do século XX, desfechando um golpe fatal à Primeira República portuguesa (1910-1926), a qual acaba abrindo espaço para a instauração de uma ditadura militar e uma série de golpes e contragolpes e, finalmente, a implantação do Estado Novo, em 1933.

PALAVRAS-CHAVE: Primeira República; 28 de maio; Estado Novo; Portugal.

ABSTRACT

This study presents a structural analysis that brings up some historical aspects related to the moments prior to the deployment of the Estado Novo in Portugal. Thus, it focuses on the economic and political crisis afflicting the country in the twenties of the 20th century by launching a fatal blow to the Portuguese First Republic (1910-1926), which finally opened space for the establishment of a military dictatorship and a series of coups and counter, and then the implementation of the Estado Novo in Portugal in 1933.

Keywords: First republic, May 28, New State, Portugal.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

O século XX, em termos políticos, assiste ao despertar de líderes e regimes totalitários em vários países da Europa, como Mussolini, na Itália; Hitler, na Alemanha, e Franco, na Espanha, só para citar alguns.

Portugal e Brasil, muito embora não terem a institucionalização de um regime nazista ou fascista propriamente dito, apresentam, cada um com peculiaridades próprias, o seu Estado Novo. No caso português, o Estado Novo tem início com a promulgação da Constituição, em 19 de

* Professora do ICH – FURG; doutora em História – PCRS

março de 1933, e termina com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. Para alguns historiadores portugueses há consenso de que houve influência da experiência italiana e alemã no que se refere à implantação do Estado Novo naquele país.

Além dessas considerações, há que se mencionar que o fim do regime democrático e a implantação do Estado Novo português, a exemplo do que aconteceu no Brasil, foi fruto de um longo processo. Em Portugal, teve início com a grave crise econômica e política que assolou o país nos anos vinte e desfechou um golpe fatal à Primeira República (1910-1926). O término desta, com o movimento 28 de Maio, abriu espaço para a instauração de uma ditadura militar e uma série de golpes e contragolpes e, finalmente, a implantação do Estado Novo, em 1933.

O FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA E AS RAÍZES DO 28 DE MAIO

A duração relativamente efêmera da Primeira República portuguesa – 1910 a 1926¹ – deve-se, fundamentalmente, à falta de unicidade em termos de interesses políticos dos seus principais membros articuladores, pois o objetivo em comum era a derrubada da Monarquia, mas no que se refere aos passos seguintes, em termos ideológicos, pouco havia de diferente em relação ao período monárquico. A “República era uma aspiração, não um projeto programado” (SARAIVA, 1995: 340), tendo em vista que o debate acerca das questões estruturais não fazia parte da pauta de discussões dos republicanos².

Em linhas gerais, o que unia os ditos republicanos, em sua maioria membros pertencentes à burguesia ou prestes a sê-lo, eram as ideias de patriotismo e anticlericalismo. A ideia de República começa a adquirir corpo por ocasião das atividades do terceiro centenário da morte do poeta Camões, no ano de 1880, por iniciativa direta do

¹ Diferentemente dos momentos posteriores, o período da Primeira República portuguesa (1910-1926) apresenta uma extensa bibliografia. Para aprofundamento sobre o assunto, entre outros, ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926)*. v. 11. Lisboa: Verbo, 1989; MARQUES, A. H. de Oliveira. *A primeira república portuguesa – alguns aspectos estruturais*. 2. ed. Lisboa, 1975; MEDINA, João. A revolução republicana: esperanças, mitos e desilusões. In: MEDINA, João (Dir.). *História contemporânea de Portugal*. v. 1. Lisboa: Multilar, 1990, p. 153-198; FERRÃO, Carlos. *História da república*, ed. comemorativa do cinquentenário. Lisboa: 1960; PERES, Damião. *História de Portugal*. Porto: Suplemento, 1954. Destaca-se que estas duas últimas obras, pelo fato de terem sua publicação autorizada durante o salazarismo, devem ser tomadas com muito cuidado.

² O ideal republicano não era algo novo; em 31 de janeiro de 1891 já havia estourado, no Porto, uma tentativa, sem êxito, para a implantação da República em Portugal.

professor de Literatura Portuguesa, o positivista Joaquim Teófilo Fernandes Braga. Não por coincidência, ele será o primeiro presidente republicano, em Portugal. A segunda ideia, a do anticlericalismo, coloca em oposição, nitidamente, os elementos defensores do clericalismo e do ideal monárquico, constituídos pelos proprietários, oficiais, a alta burguesia citadina e, como não poderia deixar de ser, o clero; e os republicanos anticlericais, que, por sua vez, são representados por uma elite de intelectuais (notadamente jornalistas e estudantes), sargentos, uma pequena parcela da classe média urbana e o operariado em geral. Assim, o término da Monarquia Portuguesa é fruto, essencialmente, do aumento das divergências entre esses dois grupos e é resultado direto da falta de ordem política após o assassinato do rei D. Carlos I e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe (em 1º de fevereiro de 1908), por uma ação de grupos extremistas republicanos (Alfredo Costa e Manuel Buiça), pois “o rei, o seu prestígio no exército e a sua popularidade em grande parte da população eram já o único esteio da monarquia” (SARAIVA, 1995: 344).

Após o assassinato do rei, a situação política em Portugal era alarmante. Desse modo, a revolução de 3 e 4 de outubro de 1910 não encontrou dificuldades para solapar a Monarquia Portuguesa de uma vez por todas, tanto que em 5 de outubro ocorre a Proclamação da República em Portugal. Esta é levada a efeito pelas tropas do exército e da marinha, bem como pela organização revolucionária do Partido Republicano. O grande êxito da revolução deve ser atribuído aos elementos civis que dela participaram, pois o almirante Reis, chefe da revolução, ao julgar o movimento como fracassado, se mata e diante desta situação são os grupos civis que, juntamente com a adesão dos navios de guerra, levam a revolução adiante, tornando-a vencedora. Como o jovem rei D. Manuel II não conta com nenhum apoio de sustentação que seja capaz de mantê-lo no trono, embarca para o exílio na Inglaterra, “onde aliás viveria assistido pela galante colaboração dos homens do novo regime” (MEDINA, 2000: 301-302). O exílio do rei representa o atestado de óbito da Monarquia portuguesa.

O decreto de Proclamação da República, em 5 de outubro de 1910, não encontra resistência em Portugal. A partir desse momento, Joaquim Teófilo Fernandes Braga assume como chefe do governo provisório português. De acordo com o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, o fato de Braga ter sido um membro histórico do Partido Republicano constitui uma das causas que justifica a sua escolha, “mas para ela também contribuiu a pressão do doutor Afonso Costa, de que se impunha escolher uma pessoa respeitada no campo do pensamento, a fim de avaliar no plano da inteligência o primeiro Ministério saído da

revolução” (SERRÃO, 1989: 42). O presidente Braga governa o país até a elaboração de uma nova Constituição e ele é o responsável pela implantação de várias reformas no país, tais como a separação entre Igreja e Estado, o divórcio e a lei de família.

Seguindo o calendário estipulado pelo governo provisório, em 20 de maio ocorre a eleição dos deputados que fariam parte da Assembléia Constituinte. O “critério” adotado para a escolha dos constituintes tinha por base a abrangência de um maior número possível de profissões e, é claro, a observância ao republicanismo do constituinte e/ou o papel desempenhado pela pessoa no episódio do “5 de Outubro”. Este tipo de escolha causou inúmeras preocupações e ressentimentos, como deixa claro o desabafo de Teixeira Gomes: “estou com bastante receio das eleições: com toda aquela votação de trabalhadores de enxada, é certo que os monárquicos obterão uma votação numerosa e isso produzirá mau efeito” (GOMES, 1960: 28).

Após a escolha dos 160 congressistas, o dia 20 de junho é definido para o início dos trabalhos. A principal tarefa dessa Assembléia Constituinte, presidida por Anselmo Braamcamp Freire, consistia, obviamente, na elaboração da nova Carta Constitucional e na escolha do novo Presidente da República. E assim foi feito. No dia 24 de agosto de 1912, o Dr. Manuel José de Arriaga Brum da Silveira foi eleito à Presidência da República portuguesa.

Os primeiros anos do regime republicano português, no âmbito político, foram marcados por constantes desavenças e divisões internas entre os membros do Partido Republicano. Como já foi destacado anteriormente, o único objetivo em comum deles era o término da Monarquia e, no que se refere aos rumos futuros do país, não havia mais união, muito menos planejamento, até porque

As cizânias permanentes, a incapacidade de unir em torno de um núcleo central e fundamental de reformas os esforços dos novos dirigentes e das novas forças partidárias, a constante instabilidade governamental, o agravar dos velhos problemas de sempre, no campo econômico e financeiro, as querelas da sociedade civil e, agora, novos conflitos que se aguçariam de modo exasperante – nomeadamente com a Igreja Católica – fragilizaram a República, tornaram-na anêmica, incapaz, paralisada por indecisões, revoltas, bernardas castrenses, sobressalto (MEDINA, 2000: 306).

Desse modo, a diversidade de interesses e a situação política portuguesa formam “novos” partidos. A corrente dita mais radical origina o Partido Democrático, de Afonso Costa e a segunda divide-se em dois grupos, formando o Partido Evolucionista, de Antônio José de Almeida,

e o Partido Unionista, de Brito Camacho. As diferenças entre esses partidos acentuaram-se com o deflagrar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o posterior embate político em torno da entrada de Portugal no conflito. O Partido Democrático era favorável à participação portuguesa na guerra. Para a maioria de seus dirigentes esta era a única saída de defesa das possessões portuguesas ultramarinas, pois, já em 1913, Alemanha e Inglaterra haviam firmado um pacto secreto estabelecendo a divisão entre si das colônias portuguesas. O deflagrar do conflito adia esses planos, mas o medo de que a vitória de qualquer uma dessas partes levasse à perda das colônias continua reinante. Entretanto, para o Partido Democrático os problemas não paravam por aí, havia ainda uma cisão interna no que diz respeito à escolha do lado a apoiar. O grupo ligado à direita, em razão do seu posicionamento de manutenção da ordem e da autoridade, julgava que a opção mais correta seria a Alemanha; os esquerdistas, por sua vez, eram adeptos dos aliados por dizerem que sua causa era a da liberdade (SARAIVA, 1995: 346). Nesse embate acaba vencendo a ala esquerda do Partido Democrático, pois Portugal, em 1916, após o episódio de apresamento dos barcos alemães que estavam refugiados no rio Tejo, a pedido da Inglaterra, entra na guerra ao lado dos ingleses e franceses. Sobre o desastre da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, o historiador João Medina informa:

A entrada na guerra, em 1916 – mas desde 1914 que combatíamos em Angola contra as tropas alemãs –, um dos erros mais obstinadamente levados adiante pela República, com o alibi da defesa das colônias – cuja partilha a Alemanha e a Inglaterra tinham projetado em 1898 e depois em 1913 –, acarretou dramas suplementares para as Forças Armadas, mandadas morrer sem glória na Flandres ou nas “epopéias malditas” dos sertões africanos, primeiro em Angola e depois em Moçambique (MEDINA, 2000: 307).

As baixas a que Medina se refere encontram-se dentro do contingente das duas divisões compostas por 55 mil homens enviados à França, em princípios de 1917, e das outras forças militares que foram enviadas a Angola e Moçambique, em razão da invasão (por tropas) de suas fronteiras com as colônias alemãs, o que gera um saldo negativo de 5 mil mortos para o país. Em contrapartida, o envio destas tropas assegura a Portugal o reconhecimento das colônias africanas e uma proporção nas indenizações de guerra que o Estado alemão assume como pagamento às forças aliadas.

Um outro saldo negativo, interno, da entrada de Portugal na guerra

fica por conta da explosão de uma revolução levada a efeito por setores da direita portuguesa, liderados por Sidônio Bernardino da Silva Pais, em fins de 1917. O golpe desencadeado por ele estabelece uma ditadura em Portugal e a modificação na forma de eleição do chefe de Estado, por sufrágio universal, pois Sidônio Pais “tinha a certeza de contar com o apoio popular no caso de eleições por sufrágio universal para ascender à Presidência da República” (SERRÃO, 1989: 207). Em 11 de maio, Pais assumiu a Presidência da República. A experiência presidencialista, no entanto, foi extremamente efêmera, pois Sidônio foi assassinado em Lisboa, em fins de 1918. Após este episódio, grupos ligados aos ideais monárquicos e a Sidônio tentam conquistar o poder português e chegam a proclamar na cidade do Porto a Monarquia do Norte³.

Mas toda essa agitação política em torno da obtenção do poder gera um revés e vitória do republicanismo com a eleição de Antônio José de Almeida à Presidência da República, em 1919. Os anos seguintes representam uma grande agitação no cenário político português, tanto que ocorrem inúmeras (e efêmeras) indicações para o cargo de Presidente do Ministério⁴. No campo econômico e financeiro a situação portuguesa também não é nada favorável; a moeda estava desvalorizada e a inflação em ritmo incontrollável. Essa situação de caos político e social leva à cisão do Partido Democrático em vários segmentos rivais e a ideia de que somente a ditadura poderia salvar o país encontrará terreno fértil para a sua propagação.

Antônio Maria da Silva, do Partido Democrático, estava à frente do Ministério havia quase dois anos e isso constituía um grave entrave àqueles que esperavam a sua vez de ocuparem o seu lugar. Assim, membros do próprio Partido Democrático optaram pela deflagração de um golpe militar. O movimento, que contava com o apoio das tropas do Norte, estoura em 28 de maio de 1926, no momento em que o General Manuel Gomes da Costa, chefe do movimento, proclama, na cidade de

³ “Perante a desagregação das instituições republicanas, entenderam muitos setores que estavam criadas as condições para restaurar o Trono. Os oficiais da Junta Militar do Norte defendiam com ardor o projeto (...). Certo é que no domingo, 19 de janeiro, ao início da tarde, depois de uma parada militar em Monte Pedral, era proclamada a Monarquia no Norte, com o desfaldar da bandeira azul e branca e a leitura de uma proclamação aos soldados das guarnições nortenhas, pelo major Eurico Satúrio Pires. Nela se declarava que, sendo o Exército a mais alta expressão da Pátria, esta devia ser defendida no culto dos seus valores tradicionais, não se permitindo a onda de anarquia que ameaçava a integridade nacional. Tudo devia ser feito no sentido do rápido regresso do rei D. Manuel II, cujo nome foi saudado festivamente pelas tropas e pela população do Porto” (SERRÃO, 1989: 224).

⁴ Só para se ter uma idéia, durante o ano de 1920, troca-se sete vezes o Presidente do Ministério.

Braga, a revolução. O plano de derrubada do presidente do ministério previa que o movimento eclodiria, simultaneamente, em Lisboa. O comando desta outra operação estava a cargo do oficial da marinha, o Comandante João Mendes Cabeçadas, nome ligado à União Liberal Republicana⁵. Na capital portuguesa, o movimento fracassa em razão da ausência das esperadas adesões, mas devido à situação alarmante do Norte, o presidente Bernardino Machado nomeia Cabeçadas como presidente do ministério e renuncia no dia seguinte, em 30 de maio (SERRÃO, 1989: 330-333).

O movimento que depôs o ministério do Partido Democrático (o Partido Republicano Português), em 1926, congregava membros das mais diferentes tendências políticas, pois de um lado estava Gomes da Costa, elemento ícone na defesa do movimento de caráter militar; para ele, “se o exército inicia, organiza e realiza este movimento, é por se reconhecer como única entidade com poder e força para cumprir o que a opinião pública exige” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1926: 2) e, de outro, o Comandante Cabeçadas, que advogava por uma revolução que não ferisse a ordem constitucional existente. Essas posições contrárias serviram de base para o historiador Oliveira Marques afirmar que esse “compromisso entre a opinião pública republicana e os grupos militares de tendência direitista não tinha condições de perdurar. Tentava conciliar o que, pelos próprios princípios ideológicos, se mostrava inconciliável” (MARQUES, 1986: 363).

E, não podendo ser de outra forma, após o atendimento ao ensejo dos golpistas no sentido da interrupção do predomínio do governo realizado pelo Partido Democrático, a fusão dessas antagônicas tendências partidárias perdia a sua razão de ser. A partir desse momento, com a deposição dos democratas do governo português, debatiam-se concepções completamente distintas acerca do rumo do país após o “reinado” do Partido Democrático. Assim, logo depois do episódio do “28 de Maio”, abriu-se um período – em torno de 7 ou 8 anos – de busca pelo

⁵ Com relação à União Liberal Republicana, torna-se importante destacar que “o grupo Cabeçadas-Cunha Leal exprime, na realidade, a velha aspiração da direita republicana [...] de impor uma duradoura mudança de turno à quase exclusiva governação dos “democráticos” [...]. A União Liberal Republicana, criada por Cunha Leal, em 1926, para concretizar essa operação e guindar o seu líder, homem inteligente e ambicioso, à chefia do Governo, com o apoio geral das forças conservadoras. Os seus apoios não são despendiosos. Militarmente, controla boa parte da guarnição de Lisboa, seu principal ponto de apoio, com ligações na de Coimbra e em Braga. Politicamente, a União Liberal Republicana (que conta, além de Cabeçadas, com elementos que virão a destacar-se na ditadura militar e no Estado Novo: Jorge Botelho Moniz, Teófilo Duarte, Albino dos Reis, Duarte Pacheco, Bissaia Barreto) tem contatos privilegiados com o governo de António Maria da Silva e o presidente da República” (ROSAS, 1994: 144).

controle do Estado português. Interessante destacar é o fato de que essa luta ocorre dentro da própria ditadura militar e externamente a ela e que isso constitui a mola propulsora de afirmação do próprio salazarismo. No dizer do historiador Fernando Rosas,

É no contexto deste combate – desta guerra civil, mais ou menos larvar, mas que não excluiu importantes confrontos militares nas principais cidades, milhares de presos, de deportados e muitas centenas de mortos e feridos – que se deve procurar entender o sinuoso mas firme percurso de afirmação do salazarismo na ditadura, até seu efetivo controle do Estado (ROSAS, 1994: 142).

Após a derrocada do Partido Democrático do poder, as forças da direita se aproveitam do caos político instaurado e instigam os chefes militares a decretarem o fim do governo dos partidos. Dessa forma, a 17 de junho de 1926, com a invasão de Lisboa pelas tropas militares e a indicação do General Manuel Gomes da Costa para o cargo de Primeiro-Ministro, tem início, propriamente dita, a ditadura militar em Portugal (1926-1933).

A DITADURA MILITAR PORTUGUESA E A IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO EM PORTUGAL

O governo do General Gomes da Costa, militar ligado ao Partido Radical, devido a sua frágil capacidade política, não logrou ter larga existência. No dia 6 de julho de 1926 ocorre uma sessão muito atribulada do Conselho de Ministros, no momento em que Costa impõe ao ministro da Justiça, Manuel Rodrigues, a situação vexatória de alteração de um decreto conforme os desígnios da Igreja Católica⁶. Esse ato do chefe dos ministros origina tenaz oposição de Oscar de Fragoso Carmona e de Antônio Claro, os quais, sob nítida pressão dos integralistas, são substituídos por Martinho Nobre de Mello (para a Pasta de Estrangeiros) e pelo Coronel João de Almeida (para a Pasta das Colônias). Diante desse novo quadro, com exceção de Filomeno da

⁶ Com relação a esse ponto, há que se destacar o fato de que o General Gomes da Costa havia firmado um compromisso, anteriormente, com a Igreja Católica no sentido de submeter à aprovação desta todos os decretos relacionados a matéria religiosa. A situação se complica no momento em que “o reverendo Peres, com o desprazer permitido pela conjuntura, exige a Gomes da Costa a alteração de um decreto sobre matéria religiosa do ministro da Justiça, Manuel Rodrigues. Assim, o diploma (que reconhecia personalidade jurídica às associações religiosas, sem a estender, ainda, à própria Igreja, e mantinha as comissões jurisdicionais dos bens das igrejas) era tido por inaceitável para o episcopado” (ROSAS, 1994: 150).

Câmara, todos os demais ministros prestam solidariedade a Carmona e a Antônio Claro. Além disso, os principais chefes do exército, numa atitude contrária às demissões, exigem que o presidente Gomes da Costa deixe a chefia do ministério. Esse impasse levará o General a perceber que praticamente não tem apoio, tendo em vista que a 9 de julho de 1926 estoura um novo golpe de estado militar em Portugal, desta vez chefiado pelo General Sinel de Cordes, elemento ligado à Monarquia Portuguesa. Com esse golpe, Gomes da Costa é enviado à prisão no Palácio de Belém. Mais tarde, é conduzido ao Forte de Caxias e, posteriormente, encaminhado ao exílio nos Açores, onde morrerá em 1929 (ROSAS, 1994: 150).

O golpe do dia 9 de julho também coloca o General Oscar Carmona no antigo posto ocupado pelo General Gomes da Costa, ou seja, na Presidência do Ministério, a partir daí, a dobradinha Carmona (na chefia do Estado) e Cordes (na Pasta de Finanças) governará o país até o ano de 1928. Inicialmente, devido principalmente ao caos político e econômico da Primeira República, a ditadura encontrava apoio da grande maioria da população, mas a partir do momento em “que os elementos direitistas começaram a prevalecer, e as tendências monárquica e fascista a afirmar-se, um número cada vez maior de pessoas – mesmo no seio das Forças Armadas – passou a interrogar sobre os perigos do recém-criado regime” (MARQUES, 1986: 364). Pairava no ar um sentimento de que o General Cordes, associado à figura de Carmona, “tinha traído a revolução”.

Diante desse quadro, a oposição das forças vencidas organiza uma tentativa de revide ao poder, em fevereiro de 1927. O movimento revolucionário, que contava com o apoio de unidades do exército, da marinha e milhares de civis, estourou no dia 3 de fevereiro, na cidade do Porto, e se estendeu até a capital. O fato de o movimento não ter eclodido simultaneamente possibilitou ao governo a sua debelação, muito embora as dificuldades impostas pelos revolucionários (PERES, 1954).

A partir desse momento, os militares recrudescem ainda mais o sistema, o que gera um aumento de insatisfação e o alvorecer de novas revoltas – embora de proporções menores⁷. A existência desses novos

⁷ Nesse sentido, o historiador Oliveira Marques esclarece que “em 20 de Julho de 1928, outro movimento revolucionário, de menor amplitude, limitado a Lisboa, Setúbal e pouco mais, falhou igualmente. Em 1931, registraram-se duas revoltas, a primeira de Abril a Maio, na Madeira, Açores e Guiné, sob o comando de oficiais que aí se encontravam deportados e que conseguiram resistir durante quase um mês; a segunda, em 26 de Agosto, também em Lisboa, com alguma virulência. A Ditadura triunfou sempre. Igualmente ocorreram algumas tentativas de golpe-de-estado no seio do próprio regime, mas sem consequências de maior, a não ser empurramento cada vez mais para a Direita” (MARQUES, 1986: 367-368).

focos de resistência faz com que o governo de Sinel de Cordes aumente significativamente os mecanismos de repressão do governo ditatorial. Assim, o acirramento da censura, das prisões e perseguições políticas a milhares de pessoas levaram à debelação de grande parte da oposição ao governo no âmbito interno. Externamente, a oposição organiza-se, tendo como centro de gravitação a cidade de Paris, local onde, a partir de fevereiro de 1927, os revolucionários organizam a Liga de Defesa da República para combater a ditadura portuguesa, mas diante dos malogrados resultados, praticamente deixa de existir em 1931.

A caótica situação financeira de Portugal em fins de 1927 leva o governo a solicitar um empréstimo estrangeiro junto à Sociedade das Nações. Após o pedido português, a Sociedade encaminha uma comissão a Lisboa visando a averiguar a situação financeira do país. A partir de um minucioso estudo, a comissão da Sociedade das Nações estipula algumas condições que implicam um real controle das finanças portuguesas em face da realização do empréstimo. Diante das fortes pressões da opinião pública, o governo ditatorial de Sinel de Cordes não aceita as condições impostas e abre mão do empréstimo por considerar as imposições “ofensivas à soberania nacional”. Com essa recusa e a situação financeira extremamente alarmante em Portugal, Cordes chega ao limite do seu governo (ROSAS, 1994: 155-156).

Nas eleições presidenciais de abril de 1928, o General Carmona (único candidato) foi eleito Presidente da República e diante da caótica situação financeira e da falta de recursos externos, nesse mesmo mês o Coronel Vicente de Freitas forma um novo ministério, incluindo o professor de Economia Antônio de Oliveira Salazar, da Universidade de Coimbra, na pasta de Finanças do governo. Fernando Rosas esclarece que a entrada de Salazar para o governo “marca, na realidade, o início do curto, mas decisivo, período do conúbio fascista-salazarista para varrer os republicanos conservadores da liderança do governo da situação [...], pois o chefe da oposição aos governos liberais conservadores está no Governo” (ROSAS, 1994: 164). Assim, a indicação de Salazar à pasta das Finanças deve ser entendida como uma manobra política para derrotar o republicanismo-militar, uma espécie de execução, propriamente dita, da “revolução nacional”. Mas o rumo trilhado pela história a partir daquele momento mostrará uma outra realidade, um caminho com o qual a direita radical e elementos ligados ao tenentismo não contavam.

À frente do ministério das Finanças, Salazar equilibra o orçamento e estabiliza o escudo português ao colocar em prática uma administração financeira à base de muita disciplina. Nada mais justo; afinal, ele preconizava que era necessário “que se fizesse a política da verdade,

dizendo-se claramente ao povo a situação do País, para o habituar à idéia dos sacrifícios que haviam um dia de ser feitos, e tanto mais pesados quanto mais tardios” (MARQUES, 1986: 371). O historiador Oliveira Marques deixa claro que essas transformações, premonitórias da futura organização política de Portugal, só são possíveis porque:

Atrás de Salazar, claro está, achavam-se poderosas forças: o capital e a banca, que desejavam pulso livre para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classe, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano demo-liberal e maçônico e explorando as chamadas aparições de Fátima que não tardaria a associar com a figura do futuro Presidente do Conselho; a maioria do Exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado, concededor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das direitas, com grande percentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos Monárquicos firmemente convencidos de que Salazar lhes acabaria por devolver o seu rei (o próprio D. Manuel II escreveu palavras de louvor ao estadista) (MARQUES, 1986: 372).

Com uma gama tão diversificada de apoio, Salazar vê seu prestígio político aumentar cada dia que passa, tanto que em 5 de julho de 1932 ele assume o lugar de Domingos de Oliveira, sendo nomeado Presidente do Conselho de Ministros (ficará até 1968). A partir desse momento Salazar começa a substituir os generais do governo por professores da Universidade de Coimbra. Em 1930, cria a União Nacional, “uma idéia antiga que remonta à criação da Milícia Nacional, em fevereiro de 1927, e da União Nacional Republicana, iniciativa de Vicente de Freitas” (PAULO, 1994: 31). Era uma espécie de congregação política, da qual Salazar torna-se chefe e entre os anos de 1932 e 1933 aperfeiçoa o seu modelo de Estado autoritário e corporativo, rejeitando qualquer tipo de acordo ou possibilidade de entendimento com a oposição⁸. Também inicia a alteração da situação revolucionária através da elaboração de uma nova Constituição.

A elaboração do novo texto constitucional contou com a colaboração de homens da confiança particular de Salazar, como o jurista Fezas Vital, Quirino de Jesus e até mesmo o jovem Marcelo Caetano, recentemente saído das fileiras do integralismo lusitano, muito embora com discreta participação nas discussões acerca da nova

⁸ “A União Nacional funcionou como um ‘partido orgânico’, isto é, ela não foi de fato apenas associação cívica destinada a intervir num terreno pré-jurídico ou moral, mas foi também uma associação política visando a atuar no terreno das instituições políticas” (CRUZ, 1988: 169).

Constituição (ROSAS, 1994: 184). No dia 28 de maio de 1932 a proposta da nova Carta Constitucional é divulgada na imprensa, visando-se à realização de um debate “livre e aberto”, muito embora as recomendações de Albino dos Reis, ministro do Interior, de que não seriam tolerados “ataques pessoais, discussão de outras questões a pretexto de debater a Constituição e críticas que ultrapassem o plano político” (RIBEIRO, 1990: 1).

No ano de 1933, o projeto constitucional preparado pelo governo é posto à aprovação mediante a realização de um plebiscito nacional, no dia 19 de março. O resultado final deste assegura a entrada em vigor da nova Constituição, já que apenas 5.505 votos optam pelo não, 580.379 pelo sim e 427.686 abstenções⁹. O historiador José Hermano Saraiva afirma que a aprovação da nova Constituição havia sido garantida no momento que “o governo tinha decretado que as abstenções se considerassem aprovações tácitas, embora se discriminassem os votos tácitos” (SARAIVA, 1995: 351). A partir da entrada em vigor desta nova Constituição, em 1933, começa o Estado Novo português, que se estenderá até abril de 1974, com o deflagrar da Revolução dos Cravos¹⁰.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL, Lisboa, ano 6, n. 287, 7 jul. 1937.

CRUZ, Manoel Braga da. *O partido e o estado no salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 11 set. 1935.

FERREIRA, Joaquim. *História de Portugal*. 2. ed. Porto: Domingos Barreira, s/d.

GOMES, Teixeira M. *Correspondência*. Lisboa: Amigos do Livro, 1960. v. 1.

MANTA, L. H. Afonso. *Estado Novo em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, 1989.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*: desde os tempos mais

⁹ Apuração divulgada pelo Jornal *Diário de Notícias*, em Lisboa, em 23 de março de 1933, p. 1. Ressalta-se que não há consenso entre os números indicados.

¹⁰ Não obstante, a criação do Estado Novo por Salazar e as modificações advindas da Constituição de 1933 não devem ser entendidas como um produto novo, tendo em vista que três anos antes, em 1930, o próprio Salazar já lançava as diretrizes fundamentais da organização corporativa que tencionava implementar, ao argumentar que pretendia “construir um Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade. As corporações são organismos componentes da nação, e devem ter, como tais, intervenção direta na constituição dos corpos supremos do Estado” (FERREIRA, [s.d.], p. 953).

- antigos até a presidência do Sr. General Eanes. 3. ed. Lisboa: Palas, 1986.
- MEDINA, João. A democracia frágil: a Primeira República portuguesa (1910-1926). In: MIRANDA, Jorge. *As constituições portuguesas: de 1822 ao texto atual da Constituição*. 2. ed. Lisboa: Livraria Petrony, 1984.
- PAULO, Heloisa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.
- PERES, Damião. *História de Portugal*. Barcelos: Ed. Portucalense, 1954.
- RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. *O debate em torno do projeto de constituição do Estado Novo na imprensa de Lisboa e Porto (1932-1933)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova, jul. 1990 (texto datilografado).
- ROSAS, Fernando. Saber durar (1926-1949). In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- SALAZAR, Oliveira. *Discursos e notas políticas (1935-1937)*. Coimbra: Coimbra Editores, 1945. v. 2.
- SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1995.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1989. v. 11: A Primeira República (1910-1926).
- _____. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 2000. v. 14: Da 1ª Legislatura à visita presidencial aos Açores (1935-1941).
- TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Fascismo, salazarismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. (Col. História).

